



Os estudos sobre a imigração no Espírito Santo: alguns apontamentos de pesquisa

Marcela Bourguignon Achiamé¹

Apesar de numericamente inferiores, se comparados com o resto do Brasil, os imigrantes no Espírito Santo, proporcionalmente, ganham destaque constituindo mais 60% da população do estado (SALLETO, 2000, p. 99). Isso se deve ao isolamento vivido pela capitania e província durante os períodos colonial e imperial. Apesar das divergências em relação aos outros estados que também receberam imigrantes, como São Paulo e Rio de Janeiro, o estado guarda algumas características em comum com estes, e principalmente com os estados do Sul.

Por este motivo buscamos apoio de autores que estudam estas regiões e por vezes citaremos estes estudos, podendo ser feitas até mesmo comparações. Todavia, Nara Saletto lembra bem que a afirmação repetida desses 60% de imigrantes que compuseram a população capixaba por si só não explica a composição étnica e identitária capixaba, assim como pouco revela sobre esses imigrantes, a autora afirma que:

Essa estimativa é repetida como um dado estabelecido, sem qualquer informação sobre sua origem, as fontes em que se baseia ou a metodologia utilizada. Ela surgiu num momento em que a sociedade capixaba passou a valorizar a imigração

¹ Professora de Gastronomia da Universidade Vila Velha.

estrangeira na sua formação e as origens imigrantes de tantos de seus membros, outrora menosprezados. Trata-se de uma mudança cultural [...] (SALLETO, 2000, p. 99).

Sendo assim, neste capítulo tem-se o propósito de compreender questões teóricas de importância para a constituição de nosso trabalho, tais como cultura e identidade. Não nos eximiremos da relação deste conceito com o nosso tema, de forma a mostrar como o estabelecimento de uma cultura (a alemã) em um território distinto, pode trazer novos elementos a esta cultura, modificando-a. Desta forma, o que se tem no Espírito Santo não é a cultura alemã, mas a cultura dos imigrantes alemães, que se distingue por elementos adquiridos e adaptados à nova realidade geográfica e espacial.

A vinda de imigrantes para o Brasil era não apenas facilitada pelo governo imperial e depois federal, mas constituía-se um projeto do governo que a incentivava, chegando por vezes até a financiar essa vinda. As propagandas em terras europeias eram também veiculadas pelo governo. Estas facilidades na imigração tinham como objetivo ocupar terras, principalmente fronteiriças no Sul e substituir a mão de obra escrava por livre. Além disto, alguns autores (SALETO, 1996; ROCHA 2000; CASTIGLIONI 1998; OLIVEIRA, 1975) também chamam a atenção para um projeto brasileiro que pretendia branquear a população, projeto este controverso que segue uma linha darwiniana na qual concebe a raça branca como superior (ROCHA, 2000, p. 23).

No Espírito Santo as colônias, em sua maioria, são marcadas pela presença de colonos ligados entre si pela nacionalidade ou pela religião. Como era intenção do governo ocupar as terras inexploradas foram dados 50 hectares às famílias aqui destinadas e um empréstimo em dinheiro (SALETO, 1996).

Cabe lembrarmos que em fins do século XIX e início do XX, a situação na região européia que atualmente chamamos de Alemanha era precária. Guerras e perseguições políticas eram comuns, a fome e a miséria assolavam a região devido a problemas geográficos e climáticos. O que segundo Deivy Carneiro “facilitava e incentivava a imigração para o Brasil” (CARNEIRO, 2004. p. 32). Essa situação incentivava a saída do território em busca de melhores condições. Conforme atesta Jochem

Estas circunstâncias fizeram com que parte do contingente populacional da Confederação dos Estados Alemães (1815-1866), da Liga Setentrional Alemã (1866-1871), dos Estados Meridionais Alemães (1866-1871), do Império Austro-Húngaro (1867-1918), do Império Alemão (1871-1918) e imediações, emigrasse para outros continentes. Entre os países receptores está o Brasil (JOCHEM, 2002, p. 17).

No Espírito Santo, estes imigrantes se instalaram na região montanhosa, onde se percebe claramente uma divisão entre colônias alemãs e italianas e uma divisão religiosa, entre católicos e luteranos. A fundação de Campinho (Domingos Martins) ilustra bem esta divisão. Imigrantes alemães católicos e protestantes foram juntos para a Colônia de Santa Isabel, que recebia assistência religiosa da igreja de Viana (católica). Os dois grupos utilizavam-se da mesma igreja, em dias diferentes, para realização de seu culto. Entretanto, devido a tentativas dos padres de conversão dos luteranos, ocorreu uma briga entre os grupos de católicos e protestantes, o que levou os protestantes a saírem da colônia e a fundarem a Vila de Campinho (BARROS, 2007).

Tal exemplo de divisão dos grupos e de necessidade de uma igreja própria por parte dos protestantes mostra bem a necessidade de preservação da cultura em solo brasileiro. Segundo os estudos de Laraia (1986) Edward Tylor foi o primeiro pesquisador a sintetizar o termo cultura, entendida como “um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 1986, p.25). Segundo Roque Laraia:

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico Kultur era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa Civilization referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor” (LARAIA, 1986, p.25).

Desta forma, Laraia (1986) afirma que Tylor entendia cultura como algo natural. E, como um escritor do século XIX, estava ligado ao positivismo e ao evolucionismo vigentes na época; assim, para ele, a cultura deveria ser

analisada sistematicamente e poderia ser descrita em forma de leis gerais. Imbuído deste pensamento, estabeleceu uma escala civilizatória com dois extremos: um representado pelas sociedades europeias, que tinham chegado ao ápice da cultura, por meio do cientificismo e o outro pelas sociedades periféricas ainda arraigadas ao mitológico e à religião.

Segundo Laraia (1986) Franz Boas foi um opositor as ideias de Taylor, tanto que pensa o evolucionismo em termos multilinear, assim, cada povo possui uma evolução própria e particular, cabendo ao antropólogo a tarefa de observar e reconstruir essas diversas histórias, comparando-as. Nas palavras de François Laplantine:

Assistimos ao nascimento de uma verdadeira etnografia profissional que não se contenta mais em coletar matérias à maneira dos antiquários, mas procura detectar o que faz a unidade da cultura que se expressa através desses diferentes materiais (LAPLANTINE, 1991, p.78).

E Laplantine vai além de tecer comentários sobre Franz Boas:

[...] Boas considera [...] que não há objeto nobre nem indigno da ciência. As piadas de um contador são tão importantes quando a mitologia que expressa o patrimônio metafísico do grupo. Em especial, a maneira pela qual as sociedades tradicionais, na voz dos mais humildes entre eles, classificam as atividades mentais e sociais, deve ser levada em consideração. Boas anuncia assim a constituição do que hoje chamamos de etnociências (LAPLANTINE, 1991, p.78).

Já Geertz (1973) parte do raciocínio de Max Weber no qual ele diz que o homem está preso a uma teia de significados por ele mesmo criada (GEERTZ, 1973). Para o autor esta teia é justamente a cultura, que deve ser analisada pelos antropólogos de forma a desvendar os significados, estabelecendo relações entre si. Contudo, como algo público, a cultura, a teia, não possui autor particular; seus criadores não podem ser identificados.

Apesar das discussões e discordâncias entre antropólogos, há certo consenso de que “culturas são sistemas de padrões de comportamento que servem para

adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos [...]” (LARAIA, 1986, p. 59). A discussão entre os antropólogos gira em torno de que tipo de sistema se trata. Para alguns, como Goodenough, é um sistema cognitivo, ou seja, “cultura é um sistema de conhecimento; consiste em tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade” (LARAIA, 1986, p. 61). Para outros, como Lévi-Strauss, é estrutural, sendo formada por “um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana” (LARAIA, 1986, p. 61). Já para uma terceira vertente defendida por Geertz e Schneider, a cultura é um sistema simbólico; assim, “deve ser considerada não como um complexo de comportamentos concretos, mas como um conjunto de mecanismos de controle [...] para governar o comportamento.” Geertz afirma ainda, que “todos os homens são geneticamente aptos para receber um programa, e este programa é o que chamamos de cultura” (LARAIA, 1986, p. 63).

Neste trabalho, buscamos perceber a cultura como uma questão não estática, oposta ao pensamento estrutural de Lévi-Strauss. Acerca do estruturalismo entende-se como sendo:

[...] uma espécie de refinamento do funcionalismo. Mas ambos possuem modelos de abordagem que permitem explicar o aspecto sincrônico da cultura; ou seja, tanto o funcionalismo e o estruturalismo de Lévi-Strauss defendem a tese da possibilidade de explicação da cultura e da sociedade sem uma incursão necessária na história. E ainda são constituídas por uma análise sistemática e características do positivismo (Silva et al, 2003, p.6).

Especificamente sobre o estruturalismo ele diz que:

A partir do conceito fundante de estrutura, tal como utilizado na acepção corrente da linguística saussuriana, o que se processa é uma busca profunda de reformulação do cenário das ciências humanas. De sua formação inicial eminentemente filosófica, esse autor migrará, posteriormente, para o campo da Antropologia, ou como ele se refere, para a Etnologia. [...] Lévi-Strauss é distinguido entre os intelectuais do seu próprio país como expoente máximo do Estruturalismo, uma palavra que passou a ser usada como se denotasse toda uma nova filosofia de vida, em analogia ao Marxismo ou Existencialismo. O

estruturalismo levi-straussiano trama-se em um contexto a que se aliam empréstimos feitos à Linguística estrutural e uma rígida ruptura com a compreensão histórica. Basta-se alcançar a estrutura subjacente para se estabelecer uma explicação universal válida. Para ter sucesso nesse projeto Lévi-Strauss assume o método linguístico aprendido diretamente de Roman Jakobson, quando da estada de ambos na New Scholl for Social Research, em Nova Iorque, na década de 40. (BUSADIN, 2010, p.1).

Aproximamo-nos de Clifford Geertz ao perceber que a cultura governa a forma de agir, e como uma teia, prende o homem a símbolos em códigos de conduta e comportamento que ele deve aprender e se esforçar para atingir. Segundo Danilo Meira, para Geertz

[...] todas ou virtualmente todas as correntes teóricas que tentaram localizar o homem no conjunto de seus costumes adotaram uma tática de relacionar os fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais entre si, denominada por ele como concepção estratigráfica. A estratigrafia compreenderia o homem como a sobreposição destes incontestáveis fatores em camadas completas e irredutíveis. Os fatores culturais, neste conceito de estratificação hierárquica, não se misturam com os demais fatores, pressupondo uma relação de independência, criando a imagem de um homem que, embora racional, estaria nu em relação aos seus costumes (MEIRA, 2008, p.1).

Nas palavras de Geertz:

O conceito de cultura que eu defendo é essencialmente o semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado (GEERTZ, 1989, p. 4)

Geertz entende a cultura como um "contexto", ou seja, sua descrição densa decorre da descrição inteligível dos comportamentos, acontecimentos sociais, instituições, processos (GEERTZ, 1989, p. 24). Assim, pode-se dizer que os imigrantes que vieram para o Brasil possuíam uma cultura, mas que foi

modificada pelas novas condições geográfico-espaciais na qual eles foram estabelecidos, dando origem a novas relações.

Como nos mostra o trabalho de Ellen Woortmann (1995), que percebe o estabelecimento de uma memória pelos colonos imigrantes que se inicia com a vinda para o Brasil, não levando em consideração a saída da Europa, suas histórias (memórias) iniciam-se com a travessia do mar e as dificuldades do estabelecimento da colônia. Segundo a Woortmann (2000), apesar da manutenção das tradições, dos costumes, como a língua e o direito de herança por primogenitura, há um rompimento do laço familiar entre os parentes do além-mar e os que se instalavam em solo brasileiro. Para a autora, tal rompimento devia-se, sobretudo às dificuldades que estavam vivendo na Europa e às disputas políticas. Além do mais, o costume alemão de primogenitura, ou seja, apenas o primogênito herdava as terras do pai, fez com que muitos dos imigrantes vindos para o Brasil eram justamente filhos deserdados que vinham em busca de terras juntamente com suas esposas e filhos. Pois se sabe que as leis brasileiras apenas davam condições de propriedade aos imigrantes pais de família. Nas palavras de Woortmann:

[...] a emigração não era um projeto individual. Pelo contrário, era um projeto que envolvia não apenas a família imediata do migrante, mas sua parentela mais ampla e vizinhos, como também veio a ocorrer mais tarde com a emigração de japoneses para o Brasil. Em geral migravam conjuntos de pessoas aparentadas entre si ou da mesma aldeia, às quais se agregavam solteiros (Woortmann, 2000, p. 210).

Assim, o estabelecimento no Brasil era o início de uma nova vida, em terras novas. A antiga vida não tinha mais importância. Woortmann (2000) nos mostra que enquanto o elo entre a porção europeia e a brasileira estava presente, ou seja, enquanto o indivíduo que emigrou estava vivo, havia comunicação. Quando este indivíduo falece esta comunicação é cortada. Além disto, os planos de retorno à terra deixada não são perceptíveis nas primeiras gerações nascidas no Brasil, apenas atualmente se tem buscado o retorno e o conhecimento desta história.

Nesta nova terra, cultura e hábitos antigos são modificados ou ajustados. A culinária, particularmente precisa se adaptar às novas condições climáticas e de produção. Prova disso são os pães, por exemplo, que devido à escassez de trigo nas colônias passam a ser produzidos com mandioca, banana, milho e outros ingredientes mais propícios e mais abundantes na nova terra. Vale mencionar como Woortmann trabalha o conceito de memória social aplicada ao caso dos imigrantes:

A construção da memória social não é sempre um processo espontâneo. Existem os “guardiães da memória”, aqueles que “editam” o que deve ser dito e lembrado. Um deles é o mencionado pastor Ehlers. A cultura é uma teia de significados da qual a memória é um componente, parte e produto ao mesmo tempo. No caso dos colonos ela começa a ser tecida no momento da instalação a partir de fios tramados por esses guardiães. São eles que escolhem os fios e a padronagem, do que resulta não simplesmente uma memória, mas uma memória adequada. Se há guardiães há também construtores, que são ao mesmo tempo modeladores. O trabalho realizado por historiadores, genealogistas etc., no sentido de formar um todo coerente é um “trabalho de enquadramento da memória” (Woortmann, 2000, p. 235).

Portanto, a cultura não pode ser compreendida de forma estática, sendo importante percebermos as relações e interações entre diferentes culturas e diferentes indivíduos capazes de articular ou de rearticular questões. No nosso caso a vinda de imigrantes para o Brasil foi capaz de rearranjar uma cultura, dando origem a novas relações. Mas isto apenas foi possível graças à heterogeneidade de indivíduos que imigraram, indivíduos estes que possuíam relações distintas com a sua cultura.

Referências:

BARROS, Thiago Zanetti. *Imigração estrangeira no jornal A Província do Espírito Santo (1882/1889)*. 2007. Dissertação. Programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas. Vitória: UFES, 2007.

BUSADIN, Leandro Benedini. O conceito de estrutura em Lévi-Strauss: empréstimos da linguística e afastamento da história. *Revista História e-História*.

UNICAMP, 2010. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=101>> Acessado em 13 de fevereiro de 2012.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora - 1858/1921)*. 2004. 222 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia et. al. *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: Edufes, 1998.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

JOCHEM, Toni Vidal. *A formação da colônia alemã Teresópolis e a atuação da igreja católica (1860-1910)*. Dissertação de mestrado. Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Zahar. Rio de Janeiro, 1986.

MEIRA, Danilo Christiano Antunes. Clifford Geertz: o impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. *Jurisciência*, 2008. Disponível em: <<http://www.jurisciencia.com/artigos/clifford-geertz-o-impacto-do-conceito-de-cultura-sobre-o-conceito-de-homem/73/>>. Acessado em 13 de fevereiro de 2012.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000.

SALETTTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sítiantes do Nordeste*. Brasília: EdUnb; São Paulo: Hucitec, 1995.